

Concentração e desconcentração fundiária no município de Machado: história agrária e cafeicultura (MG, 1855-1960)

*Land concentration and retraction in the municipality of Machado: agrarian history and coffee farming
(MG, 1855-1960)*

Isaac Cassemiro Ribeiro*

Palavras-chave:

Latifúndios

Fragmentação fundiária

Crises econômicas

Resumo: Este artigo analisa a história agrária e a evolução do cultivo do café no município de Machado, no sudoeste de Minas Gerais, entre 1855 e 1960. Inicialmente estabelecida como um centro de comércio de gado voltado para o abastecimento doméstico, a região utilizou o capital gerado por essa atividade para financiar a transição para o cultivo do café. A expansão do cultivo do café ocorreu significativamente após a década de 1860, impulsionada pelo aumento da demanda internacional e pela chegada das ferrovias. O estudo mostra que, embora a produção fosse inicialmente modesta em comparação com regiões pioneiras, ela se concentrava em grandes propriedades. A análise da estrutura fundiária revela dinâmicas de concentração e desconcentração. Após as crises que abalaram a economia cafeeira mundial, combinadas com a situação econômica nacional, a concentração fundiária começou a mudar. Na virada do século, ocorreu a primeira grande recessão. No entanto, a crise de 1929, que para a cafeicultura se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um marco decisivo na fragmentação fundiária. Com a retomada do crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, houve um retorno à tendência de concentração. No entanto, uma nova crise dos preços do café no final da década de 1950 mudou esse quadro novamente. Neste artigo, apresento uma interpretação dessas variações com base na leitura da história agrária local.

Keywords:

Latifundium

Land fragmentation

Economic crises

Abstract: This article analyzes the agrarian history and evolution of coffee cultivation in the municipality of Machado, in southwestern Minas Gerais, between 1855 and 1960. Initially established as a cattle trading center focused on domestic supply, the region used the capital generated by this activity to finance the transition to coffee cultivation. The expansion of coffee cultivation occurred significantly after the 1860s, driven by increased international demand and the arrival of railroads. The study shows that, although production was initially modest compared to pioneering regions, it became concentrated on large estates. Analysis of the land structure reveals dynamics of concentration and deconcentration. After the crises that shook the global coffee economy, combined with the national economic situation, land concentration began to change. At the turn of the century, the first major recession occurred. However, the crisis of 1929, which lasted until the end of World War II for coffee farming, was a decisive milestone in land fragmentation. With the resumption of economic growth after World War II, there was a return to the trend of concentration. However, a new coffee price crisis in the late 1950s changed this picture again. In this article, I present an interpretation of these variations based on a reading of local agrarian history.

Recebido em 30 de dezembro de 2025. Aprovado em 23 de abril de 2026.

* Doutor em História pela UFMG. Professor no IFSULDEMINAS, *campus* Machado.

E-mail para contato: isaac.ribeiro7@gmail.com

Introdução

Quando o ouro foi descoberto e deu-se início à colonização da região das Minas, o cafeeiro era uma planta praticamente desconhecida no Brasil. Introduzido no Estado do Grão Pará e Maranhão, a partir da década de 1720, foi cultivado inicialmente como planta ornamental (Marquese & Tomich, 2015, p. 34).

Apesar da descoberta de algumas jazidas auríferas no sudoeste de Minas (onde se insere o município de Machado, ver Mapa 1), o que mais atraiu os migrantes para essa região foi sua grande extensão de terras “devolutas”, de baixo custo para a ocupação, principalmente após a dispersão dos quilombos do Campo Grande, na segunda metade do Setecentos (Martins, 2008).

É importante frisar que a ampla disponibilidade de terras e uma fronteira aberta não eram uma realidade dada de antemão. Como a historiografia vem demonstrando, a ocupação dos espaços por pequenos posseiros, lavradores e, em especial, por várias populações indígenas demarcou os limites das primeiras investidas luso-brasileiras nas chamadas “fronteiras abertas” (Lemos, 2004; Machado, 2012; Alvarenga, 2020).

No caso específico do Sudoeste de Minas, grande parte da população indígena foi capturada, morta ou dispersa ainda no século XVII por sertanistas de São Paulo, aclamados posteriormente como “bandeirantes” (Monteiro, 1994). Na centúria seguinte, se formaram dezenas de núcleos quilombolas, agregando escravos fugidos, livres pobres e remanescentes indígenas. Tais grupos foram atacados por uma enorme expedição de quatrocentos homens armados, tendo à frente Bartolomeu Bueno do Prado, nomeado “governador comandante” (Gaspar, 2025, p. 102). Após o ataque, deu-se início ao processo colonizador da região.

Fator também decisivo para a colonização do entorno foi sua proximidade com a capitania de São Paulo, mas, sobretudo, com o Rio de Janeiro. Essa cidade, capital da Colônia a partir de 1763, firmou-se como a mais importante praça mercantil do centro-sul, com crescente demanda por produtos da agropecuária voltados ao abastecimento interno (Fragoso, 1998).

A possibilidade de ganhar dinheiro com a economia de abastecimento norteou a migração de vários grupos familiares que buscaram as fronteiras de Minas Gerais. Oportunidade que se tornou cada vez mais atrativa devido ao declínio da extração aurífera nas áreas centrais da capitania.

Por outro lado, nesse mesmo período, a demanda pela produção de mantimentos acentuou-se com a recuperação da economia açucareira na América Portuguesa após a revolução Haitiana, iniciada em 1791 (Marquese & Tomich, 2015, p. 35). Concomitantemente, em fins do século XVIII, a cultura comercial do café começava a ser introduzida nos arredores do Rio de Janeiro. Porém, ela só alcançaria alguma relevância na década de 1830, quando se espalhou pelo médio Vale do Paraíba, região geográfica da primeira onda cafeeira nacional (Stein, 1985, p. 50).

Em 1822, o país conquistou sua independência em relação a Portugal e, em meio às crises do começo do século XIX, a exportação de café se tornou uma “aposta para o futuro” ao recém-criado Império do Brasil (Marquese & Tomich, 2015, p. 21). De fato, esse produto dominaria as pautas de exportação nacionais durante praticamente cem anos, ultrapassando o fim do Império e dando sustento à Primeira República. Somente após 1930, outras alternativas seriam seriamente tentadas, buscando-se diversificar a produção econômica nacional, especialmente no sentido da industrialização.

Em 1828, o Brasil havia se tornado o maior produtor mundial de café. Desbancou áreas que lideravam a produção, principalmente o Haiti (antigo Caribe Francês), e abriu caminho, com a colônia holandesa de Java, para uma nova onda de expansão da cadeia mercantil cafeeira, no que Rafael de Bivar Marquese teorizou como a “terceira economia global do café” (1790 - 1888). A primeira se desenvolveu com produção camponesa a partir do Límen, tendo como mercado consumidor a economia-mundo mercantil-tributária do Império Otomano, aproximadamente de 1550 a 1720. A segunda emergiu com a entrada das forças da economia-mundo capitalista europeia no mercado do café, entre 1650 e 1815, baseada na agricultura de *plantation* escravista, e no crescimento do mercado consumidor europeu. A terceira fase, por sua vez, foi

marcada pela intensificação do trabalho escravo, sobre bases nacionais, no recém-independente Império do Brasil, inserindo-se na economia-mundo capitalista sob a hegemonia britânica e seus princípios de livre comércio (Marquese, 2023, p. 27).

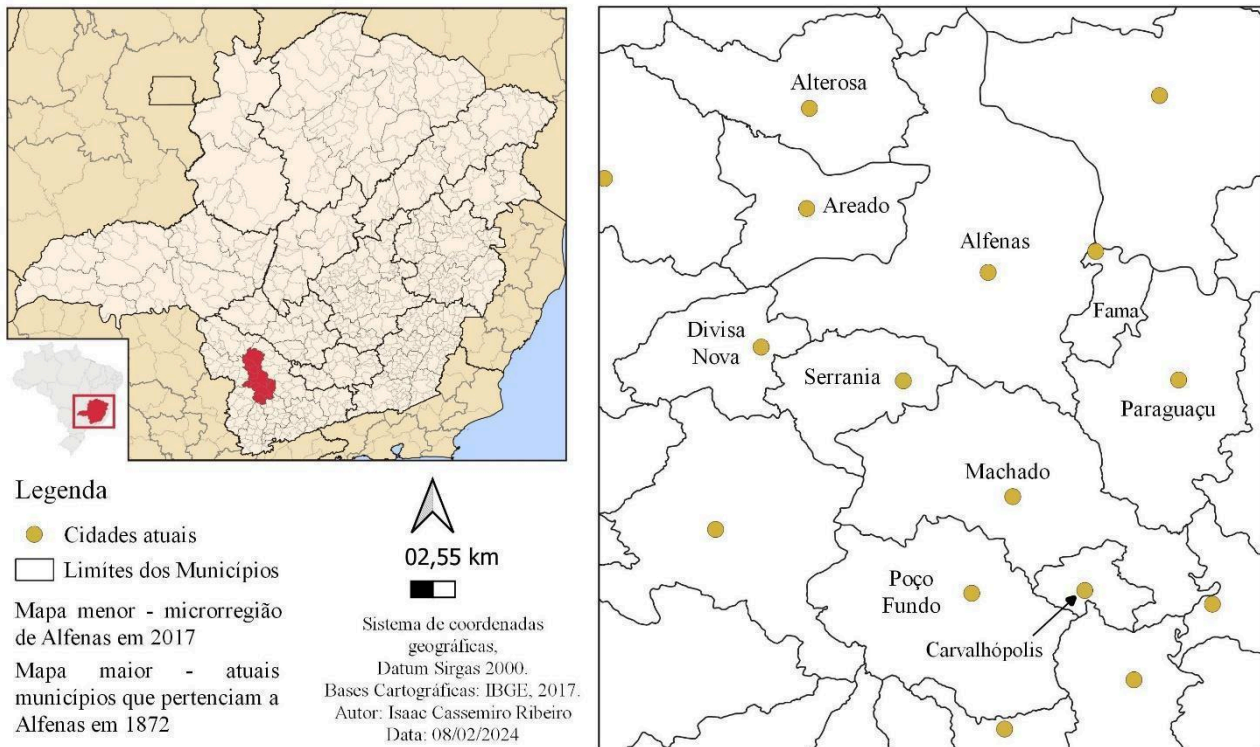
Quando da expansão da grande lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, o sul da província de Minas, entendido então como a região da Comarca do Rio das Mortes, já era um centro consolidado de produção agrícola e pecuária voltada para a economia de abastecimento interno. Sua principal praça mercantil era a própria cabeça da comarca, a cidade de São João del-Rei (Graça Filho, 2002). Mais ao sul, a vila de Campanha também tinha certa relevância como entreposto comercial e centro político (Andrade, 2014, p. 40).

O arraial do Machado, cuja capela foi edificada em 1816, surgiu no Sudoeste de Minas, nas proximidades do caminho que ligava o povoado de Alfenas à vila de Campanha (Rebello, 2006, p. 46) (ver: Mapa 1). Seu território pertenceu à futura vila e cidade de Alfenas até 1880, quando o distrito se emancipou e foi elevado a vila. Sabemos pela lista nominativa de 1831, que 923 indivíduos viviam sob

a jurisdição da capela da Sacra Família do Machado, menos de um terço da população de Alfenas. Quase a metade dos moradores locais eram escravos (47,12%), percentual muito acima da média encontrada para todo o Sul de Minas, e mesmo para as regiões mais desenvolvidas da província (Paiva & Godoy, 2002, p. 47).

Antes do café, a região de Alfenas e Machado consolidou-se, entre 1830 e 1840, como centro mercantil pecuário. Equiparava-se a outras localidades típicas do Sul de Minas, como Caldas e Aiuruoca, zonas de produção agrícola e pecuária que também se situavam nas rotas de comércio interprovincial. Com grandes invernadas para gado bovino, esses núcleos mediaram as trocas entre zonas de produção extensiva, no Brasil Central, e o maior centro consumidor e distribuidor do Império: a praça mercantil do Rio de Janeiro (Restitutti, 2006, p. 119). Os recursos advindos dos circuitos mercantis de abastecimento ajudaram a financiar a montagem da cafeicultura sul-mineira. Porém, foi sobretudo na pecuária que se formou parte importante do capital imediatamente revertido em pés de café, especialmente em Machado (Costa, 2007).

Mapa 1: Região Imediata de Alfenas, incluindo o município de Machado (MG)



Fonte: Ribeiro (2024).

Esse movimento pôde ser observado nos registros das recebedorias de fronteira que cobravam impostos por produtos destinados às outras províncias do Império. Na região Sudoeste de Minas, as exportações interprovinciais foram majoritariamente originárias da pecuária até 1870 (72,1%). Deste ano até 1878, houve um período de transição, com equilíbrio entre as remessas agrícolas e as pecuárias. Porém, entre 1881 e 1884, as exportações regionais passaram a ser predominantemente agrícolas (94,1%). Essa mudança ocorreu devido à expansão regional da cafeicultura de larga escala destinada aos mercados internacionais, iniciada a partir da década de 1860 (Restitutti, 2006, p. 149).

Desde fins de 1830, houve tentativas de introdução da cafeicultura no Sudoeste de Minas (Martins, 2013, p. 402). Prova disso é que, entre 1842 e 1848, foram exportados, a partir desta região, 4.613 quilos de café. Porém, a produção local atrofiou. A grande distância em relação aos portos exportadores, aliada à precariedade do transporte, realizado principalmente “em lombo de burro”, encarecia muito a produção e estragava os grãos (Dean, 1977, p. 53). Entre 1850-57, foi registrada a exportação de apenas 386 quilos nas médias anuais para o Sudoeste de Minas. Pode-se dizer que, durante a primeira metade deste século XIX, os pés de café da região restringiam-se a pequenas plantações, quintais e chácaras, destinando-se quase exclusivamente ao consumo local.

Para o próximo período de que se têm notícias, de 1858 a 1862, houve certo aumento na produção regional, contabilizando-se nas recebedorias locais a remessa média de 1.528 kg de café. Porém, um salto quantitativo significativo ocorreria apenas em fins da década de 1860, quando se registrou, entre 1866 e 1870, uma exportação média anual de 78.540 quilogramas. Comparado ao período anterior, houve um aumento surpreendente de mais de 5 mil por cento! A partir dessa década, com uma escala de produção dez vezes maior que a dos anos anteriores e crescimento contínuo, o Sudoeste de Minas entraria de cabeça nos circuitos agroexportadores de café. Entre 1871-78, as médias anuais de exportação foram de 122.431 kg, e, entre 1881-84, passaram da ordem dos milhões, atingindo a cifra de 2.203.589 kg (Restitutti, 2006, p. 202).

Além da melhora dos preços e do aumento da demanda no mercado internacional, o que possibilitou a expansão das lavouras de café no Sudoeste de Minas, na década de 1860, foi a perspectiva da aproximação de ferrovias que vinham sendo construídas em São Paulo e no Rio de Janeiro. O transporte do café, que com as mulas consumia um terço do valor de venda dos produtores, com as ferrovias passava a representar um quarto desse valor, aumentando o lucro dos plantadores (Dean, 1977, p. 55). Através do mercado de café, o capitalismo europeu em expansão ligava-se ao Império escravista do Brasil (Marquese, 2013), e as grandes fazendas se tornavam um “apêndice da economia europeia na América Tropical” (Holloway, 1984, p. 23).

Em 16 de fevereiro de 1867, foi inaugurado o ramal de Jundiá da Companhia São Paulo Railway, ligando o planalto paulista ao Porto de Santos. Não por acaso, menos de um ano depois, em janeiro de 1868, Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, futuro Barão de Guaxupé, ordenou a plantação de oito mil pés de café em sua fazenda Nova Floresta. João Lucas Rodrigues, em estudo pioneiro para a região, detectou que nessa mesma época vários fazendeiros de Guaxupé registraram escrituras de formação de novas lavouras cafeeiras (Rodrigues, 2023, p. 126).

A Estrada de Ferro Dom Pedro II (inaugurada em 1854) também se aproximava das fronteiras de Minas, através da província do Rio de Janeiro. Com a abertura do ramal de Entre Rios, em 1869, no leste da Província, os cafeicultores da Zona da Mata começaram a escoar sua produção por aquela estação (Campos, 2012, p. 32). No mesmo ano, foram inaugurados os primeiros ramais da Pedro II no lado mineiro da fronteira e, em 1875, seus trilhos chegaram a Juiz de Fora, atingindo o maior centro cafeeiro da província de Minas (Vittoretto, 2016, p. 197).

Mas era em São Paulo que a onda cafeeira mais crescia nesse período. Foi crucial a proximidade geográfica do Sudoeste de Minas com o Oeste Paulista para a expansão da cafeicultura na região. As perspectivas dos produtores locais cresciam a cada ano, especialmente após a criação da Companhia Ferroviária Mogiana, com sua primeira estação aberta em Campinas, no ano de 1872. Pelos cálculos de fazendeiros da época, a produção de café para exportação só era economicamente viável em um

raio de aproximadamente 200 km do último ramal ferroviário (Holloway, 1984, p. 40). Por essa medida, a plantação de novos pés em Machado e Alfenas se tornou ainda mais atrativa, pois em 1875 os trilhos da ferrovia chegaram a Mogi Mirim, praticamente a 200 km das fazendas locais.

No âmbito mundial, foi justamente no último quartel do século XIX que a praga da ferrugem do café se expandiu pela Ásia, corroborando com o colapso da produção na colônia holandesa de Java, o segundo maior produtor mundial (McCook, 2009). Junto à crise da escravidão no Brasil, o colapso da cafeicultura asiática impulsionou a transição para o período que Marquese (2023, p. 38) denominou como a “quarta economia global do café”. Ao dizimar os cafezais no Índico, a ferrugem abriu espaço para novas zonas pioneiras, com distintas plantas produtivas e novos arranjos de trabalho. Surgiu, desde então, uma grande oportunidade para os produtores latino-americanos. No Império do Brasil, o Oeste Paulista se tornaria a principal zona produtora. Em suas franjas, avançava a cultura de exportação sul-mineira.



Figura 1 – Sede da Fazenda São Luiz com terreiro de café em primeiro plano

Fonte: fotografia do autor (2022)

Os primeiros pés de café que se têm notícias nos inventários *post-mortem* de Machado foram registrados em 1871. Estavam listados entre os bens deixados após a morte de Mizael de Souza Magalhães (1808-1871), casado com Quitéria Josefa da Silva (Acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - doravante ATJMG, comarca de Machado -

inventário *post-mortem* de Mizael de Souza Magalhães, 1871, fl. 23). O casal integrava o grupo familiar mais poderoso de Machado, os Souza Dias. Mizael e Quitéria foram proprietários da Fazenda São Luiz (Figura 1), na qual possuíam “roça de milho, arroz, café e algodão” avaliadas em 1:000\$000. Em suas terras, os pés de café eram claramente mais “uma entre outras lavouras” (Martins, 2016, p. 137). Destinavam-se, certamente, ao consumo local.

Para os anos entre 1860 e 1888, foram encontradas referências a plantações de café em cerca de dez por cento dos inventários de Alfenas e Machado (66 dos 638 documentos). Somente em 42 deles os cafeeiros foram avaliados separadamente dos demais bens imóveis, ou de outras culturas, configurando plantações voltadas para o mercado externo (Tabela 1). Nos demais, os pés de café eram plantas de quintal, de pequenas chácaras; ou foram avaliados com outras culturas, servindo para o consumo próprio ou ao comércio local (RIBEIRO, 2024).

Entre os quarenta e dois inventariados que possuíam os maiores cafezais da região de Alfenas e Machado naquele período, apenas sete poderiam ser considerados grandes cafeicultores para os padrões locais, ou seja: aqueles com 10 mil pés ou mais, e aqueles com cafezais avaliados acima de 2:000\$000. Dentre os maiores produtores inventariados, constaram dois membros da família Souza Dias.

O tamanho das lavouras da região, que apenas começavam a ser introduzidas nesse período, estava muito aquém dos maiores cafezais encontrados em áreas especializadas nessa exportação, como o município de Vassouras (RJ), no qual, em 1836, já existiam propriedades com 500 a 800 mil cafeeiros (Stein, 1985, p. 51).

Cinco inventariados enquadraram-se entre cafeicultores de médio porte (com lavouras avaliadas entre 1:000\$000 e 2:000\$000). Porém, na maioria dos inventários – os 29 restantes – constaram pequenos cafeicultores, aqueles com cafezais avaliados em menos de 1:000\$000. Isso não significa dizer que a maior parte da produção e dos cafezais estava entre os menores cafeicultores. Muito pelo contrário. Os sete maiores produtores detinham cerca de 80% do valor total dos cafezais avaliados.

Portanto, o grosso da produção de Alfenas e Machado concentrava-se nas grandes lavouras.

Tabela 1 – Faixas de riqueza e presença de cafezais nos inventários *post-mortem* de Alfenas e Machado (1860 – 1888)

Faixas de riqueza (monte-mor bruto em réis)	Invt	% dos Invt.	Invt. com cafeza l	% de Invt. c/ cafezais nas faixas de riqueza
150.000.000 a 200.000.000	3	0,47%	2	66,67%
100.000.000 a 149.999.999	7	1,10%	3	42,86%
50.000.000 a 99.999.999	32	5,02%	3	9,38%
20.000.000 a 49.999.999	78	12,23%	7	8,97%
10.000.000 a 19.999.999	100	15,67%	9	9,00%
5.000.000 a 9.999.999	121	18,97%	5	4,13%
3.000.000 a 4.999.999	98	15,36%	4	4,08%
2.000.000 a 2.999.999	82	12,85%	5	6,10%
1.000.000 a 1.999.999	73	11,44%	2	2,74%
< 1.000.000	44	6,90%	2	4,55%
Totais	638	100,00 %	42	6,58%

Fonte: Acervo TJMG – comarcas de Alfenas e Machado.

Os médios e os grandes cafezais apareceram nos inventários somente após 1877, quando a Ferrovia Mogiana já havia chegado a Mogi Mirim, a menos de duzentos quilômetros das fazendas locais. As maiores lavouras, por sua vez, se concentraram nos inventários da década de 1880, quando a cafeeicultura regional deixou de ser uma especulação e tornou-se uma alternativa bem lucrativa. Isso, devido aos bons preços do grão e sobretudo ao barateamento do transporte: em 1879, foi inaugurado o ramal da Mogiana em Casa Branca (SP), a cerca de 150 km da região de Alfenas. Mais próximo ainda, em 1884, foi finalizada a ferrovia Rio & Minas, com terminal em Três Corações, a menos de 100 km das fazendas locais (Silva, 2012, p. 117).

Essa nova rota certamente garantiu que cafezais do entorno se tornassem mais rentáveis (Saes & Castilho, 2013, p. 335).

Famílias que conseguiram comprar expressivo número de cativos antes do fim do tráfico negreiro internacional (1850) se destacaram na introdução da cafeeicultura regional, na segunda metade do Oitocentos, a exemplo dos Souza Dias, em Machado.

Em estudo pioneiro, Alcir Lenharo demonstrou como as elites escravistas do Sul de Minas, enriquecidas com a produção de alimentos para o mercado interno, tiveram papel político fundamental na formação do Estado Imperial Brasileiro (Lenharo, 1993).

Dentre os fazendeiros políticos citados pelo autor, encontravam-se os irmãos Custódio José Dias (1768 – 1843) e José Custódio Dias (1770 – 1838), fundadores da fazenda do Centro (Figura 2), em Machado (Lenharo, 1993, p. 99). O primeiro deles foi capitão-mor da vila de Jacuí no Período Colonial. Depois da Independência, fez parte do segundo governo provisório de Minas Gerais e mais tarde foi deputado na Assembleia Geral do Império (Costa, 2007, p. 8). Seus filhos e sobrinhos formaram o poderoso grupo familiar dos Souza Dias.



Figura 2 – Sede da Fazenda do Centro com terreiro de café em primeiro plano

Fonte: fotografia do autor (2020)

O segundo dos irmãos, padre José Custódio Dias, se destacou como deputado e depois senador na capital do Império, atuando decisivamente no processo que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831. De acordo com Lenharo, o padre

estava envolvido com os negócios de reses, oriundas da fazenda do Centro de onde eram

feitas as remessas de gado para o consumo da Capital. Em contrapartida, aproveitando-se de sua estada na Corte, comprava e remetia para sua propriedade a mão-de-obra escrava de que carecia. (Lenharo, 1993, p. 99)

De fato, nos códices sobre despachos de cativos e emissão de passaportes de 1809 a 1833, pertencentes ao Fundo de Polícia da Corte (PC) do Arquivo Nacional (ANRJ), constam remessas de escravos despachados pelos irmãos Dias do Rio para Minas. Em julho e setembro de 1828, Custódio José Dias despachou para Minas Gerais vinte e dois “escravos novos” (ANRJ, PC, Códice 421, v. 21, p. 208; p. 229 v.; ANRJ, PC, Códice 424, v. 2, p. 287).

Na lista nominativa para a Alfenas de 1831, o “lavrador e deputado” Custódio José Dias constou como o maior escravista local, registrando 73 cativos (Arquivo Público Mineiro, doravante APM, lista nominativa para freguesia de S. José e Dores de Alfenas, 1831). Na vizinha paróquia de Machado, a maior escravaria foi registrada pela viúva Quitéria Josefa da Silva, com 84 cativos (APM, lista nominativa para freguesia da Sacra Família do Machado, 1831). Quitéria era irmã do capitão-mor Custódio José Dias, e muitos dos seus filhos e filhas se casaram com os filhos e filhas dele, dando origem à supracitada parentela dos Souza Dias. Seu falecido marido, Antônio Moreira de Souza Ribeiro, assim como os cunhados, também levava gado para o Rio de Janeiro e trazia escravos. Em 1827, Antônio Moreira de Souza despachou do Rio para Minas dez escravos ladinos. Um ano depois, ele despachou mais treze “escravos novos” (ANRJ, PC, Códice 424, v. 1, p. 147; ANRJ, PC, Códice 421, v. 21, p. 120 v.; p. 187; ANRJ, PC, Códice 424, v. 2, p. 156; p. 261).

O perfil socioeconômico da elite escravista de Alfenas e Machado se afastava quantitativamente daquele encontrado em áreas pioneiras da cafeicultura, a exemplo de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense. Nos inventários *post-mortem* daquele município, de 1821 a 1880, estudados por Ricardo Salles, em apenas 3% não constaram escravos e 16% foram considerados “micro proprietários”, ou seja, aqueles inseridos na faixa que detinha entre 1 e 4 cativos (Salles, 2008, p. 156). Nos documentos de Alfenas e Machado, os que não tinham escravos representavam quase um terço dos inventariados e os “micro proprietários”

concentravam aproximadamente outro terço (Tabela 2). A realidade escravista sul-mineira, formada em uma economia de abastecimento, obviamente não absorvia com a mesma intensidade o fluxo de gente que era traficada pelo Atlântico.

O grupo social que Salles categorizou como “pequenos proprietários”, inserido na faixa que possuía entre 5 e 19 cativos, representava 39% dos inventários de Vassouras. Comparado com a região aqui abordada, esse grupo se distinguia um pouco menos em relação aos outros, contendo 29,78% dos inventários.

Foi nas camadas mais altas que o nível de acumulação da cafeicultura valeparaibana mais se distinguiu da economia de abastecimento sul-mineira, recentemente adaptada para a expansão cafeeira. Os inventariados que Salles classificou como “médios proprietários” representavam 22% dos documentos de Vassouras; em Alfenas e Machado, eles eram apenas 4,55%. Lá, os “grandes proprietários”, com 50 a 99 escravos, eram 12%. Nas localidades aqui abordadas, esse grupo era verdadeiramente o de maiores proprietários, registrando pouco mais de 1% dos inventários. Em Alfenas e Machado não se encontravam o que Ricardo Salles categorizou como os “megaproprietários”, ou seja, aqueles que possuíam mais de 100 cativos. Em Vassouras, esse grupo social totalizou 9% dos inventariados e dominava a maior parte da estrutura econômica daquele município.

Tabela 2 – Concentração social da propriedade escrava nos inventários *post-mortem* de Alfenas e Machado (1860 – 1888)

Nº de Escravos	Inventários	% dos Inventários
50 a 99	7	1,10%
20 a 49	29	4,55%
5 a 19	190	29,78%
1 a 4	224	35,11%
0	188	29,47%
Totais	638	100,00%

Fonte: Acervo TJMG – comarcas de Alfenas e Machado.

Nos registros paroquiais de terras da freguesia de Alfenas (incluindo Machado) para os anos de 1855 e 1856, apenas trinta e oito indivíduos

detinham 83,48% de toda extensão territorial declarada. Na capela de Machado, a concentração era ainda mais gritante. Os registros evidenciaram que 74,9% das terras declaradas estavam em mãos de uma única família: os Souza Dias (Ribeiro, 2024, p. 93). Como veremos mais adiante, apesar das fragilidades desse tipo de fonte para análise contundente da estrutura fundiária, o cruzamento com inventários *post-mortem* e outras fontes qualitativas corroboram os dados sobre a centralização da terra em Machado em mãos dessa família, durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

Podemos afirmar, portanto, que a grande concentração de terras e a disponibilidade de muitos escravos possibilitaram que alguns membros das elites locais introduzissem a cultura extensiva do cafeeiro a partir da década de 1860. Essa acumulação de capital provinha dos circuitos mercantis de abastecimento interno. E, no caso de Machado, foi fortemente marcada pelo comércio de gado com a corte no Rio de Janeiro.

Na vizinha região do Oeste Paulista, o capital inicial derivava de fonte diversa. O desenvolvimento da lavoura açucareira forneceu os recursos, a infraestrutura e, até mesmo, “abriu” a fronteira mercantil escravista para a instalação posterior da lavoura cafeeira de Campinas e seu intorno (Fraccaro, 2018; Nicolette, 2022).

Tanto no Sul de Minas quanto no Oeste Paulista, a cafeicultura de exportação se expandiu somente quando as condições de transporte e preço tornaram-se favoráveis, na década de 1860, mas, principalmente, depois de 1870, com a chegada de ferrovias e com o crescimento do mercado consumidor nos EUA e na Europa. Para as elites regionais, já consolidadas, a introdução da cafeicultura também foi uma estratégia de manutenção de poder.

A produção exportável de café em Minas Gerais durante o século XIX não ultrapassou o marco de 22,7% das exportações brasileiras (Cano, 1985, p. 293). No mesmo período, praticamente toda a produção mineira concentrava-se na Zona da Mata. Até 1868, provinha desta área mais de 99% das exportações da província. Na década de 1870, a cafeicultura em larga escala começava a se alavancar no Sul de Minas, mas em 1881-82 ela representou

somente 2,8% das exportações provinciais (Martins, 1980, p. 17).

Foi apenas em meados da década de 1880 que a produção sul-mineira alcançou alguma representação regional, ultrapassando a cifra de 10% das exportações de café da província (Pires, 1993, p. 96). Portanto, no período de 1870 a 1888, quando a cafeicultura de exportação foi introduzida em Machado, o patamar da produção local ainda era muito tímido em comparação com outras regiões produtoras do Brasil, e mesmo de Minas Gerais.

A escala de produção local mudaria apenas nas duas décadas seguintes (Costa, 1997). Foi também no período imediatamente após a abolição que alguns fazendeiros machadenses financiaram a vinda de imigrantes italianos para a lida no café, inspirados no modelo do colonato que vinha atingindo sucesso no Oeste Paulista (Costa, 2002, p. 73). Porém, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Sul de Minas, e mais especificamente na sub-região que estudamos, parece ter passado por caminhos diferentes daqueles que predominaram no estado de São Paulo.

A existência de grande número de egressos do cativeiro e de uma mão de obra nacional livre pode ter demarcado outros arranjos de trabalho em Machado, como o sistema de meação e o assalariamento nos períodos de safra, a exemplo do que ocorrera na Zona da Mata Mineira (Pires, 1993).

Os grandes proprietários de Machado trouxeram imigrantes para trabalhar em suas lavouras. Entre 1895 e 1898, seis fazendeiros, a maioria da família Souza Dias, contrataram 116 famílias de italianos, totalizando 562 pessoas, dentre homens, mulheres e crianças registradas na hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora – MG (Costa, 2002, p. 77). Certamente esses grandes proprietários empregaram o regime de trabalho conhecido como “colonato”, uma forma de exploração da mão de obra que se estruturou em São Paulo e que seria um dos elementos de transição para a quarta economia global do café, embasando os elevados níveis de produção paulista durante grande parte do século XX (Marquese, 2023, p. 38).

Os sul-mineiros que possuíam recursos seguiram o exemplo dos cafeicultores de São Paulo. Tal sistema de trabalho – o colonato – constituía-se de uma complexa combinação de formas de

pagamentos efetivados em salário fixo, por tarefa e via remuneração não monetária. Os colonos e suas famílias assumiam a responsabilidade pelo trato de um determinado número de pés de café e por sua colheita. Firmavam um contrato anual pelo qual recebiam salário fixo correspondente ao trato de cada mil pés sob sua responsabilidade. Para a colheita, o fazendeiro pagava pela quantidade de frutos colhidos. Os colonos também poderiam receber dinheiro por serviços ocasionais, como conserto de cercas, etc. De forma não monetária, os trabalhadores recebiam pequenas residências, conhecidas como “casas de colono”, além de lhes serem permitidos o plantio de culturas de subsistência e a criação de alguns animais (Rodrigues, 2023, p. 159).

Provavelmente, os cafeicultores machadenses de médio porte seguiram o modelo adotado na Zona da Mata Mineira após o fim do trabalho escravo, prevalecendo a relação de trabalho livre não assalariado conhecido como “meação” (Pires, 1993, p. 135). Nessa forma de exploração da mão de obra, ao meeiro era permitido cultivar gêneros alimentícios na fazenda, e seus frutos pertenciam integralmente a ele. A cultura destinava-se à sua subsistência, sendo autorizada a comercialização de excedentes, o que poderia ter privilegiado o meeiro em momentos de alta nos preços de alimentos e baixa nos preços do café. Por outro lado, também cabia a ele a responsabilidade pelo plantio, manutenção e colheita dos cafeeiros. A remuneração do meeiro era realizada, teoricamente, pela divisão igual do produto comercializado, porém na prática ocorriam várias deduções favoráveis ao fazendeiro, por exemplo, no pagamento pelo beneficiamento do produto colhido pelo trabalhador (Pires, 1993, p. 135).

Desta forma, é muito provável que em Machado tenha ocorrido um misto de regimes de trabalho durante o pós-Abolição, sendo que os grandes fazendeiros puderam empregar o colonato e a meação, enquanto os medianos parecem ter explorado apenas a meação. Ambos os sistemas de trabalho perduraram até a década de 1960, quando foram extintos devido a diversas mudanças decorrentes da luta camponesa, sobretudo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 (Stolcke, 1986, p. 199). Os proprietários rurais

começaram a demitir a maioria dos trabalhadores permanentes. Mantiveram apenas os imprescindíveis e passaram a contratar cada vez mais trabalhadores eventuais (os boias-frias), não precisando fornecer-lhes nada além do salário.

Voltando aos níveis de produção, em 1920, Machado alçaria a quarta colocação entre os maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas, com quase 70% de seu território sendo ocupado por fazendas de café (Saes & Castilho, 2013, p. 336). Após a Crise de 1929, em várias regiões produtoras desse gênero, muitos fazendeiros tiveram que vender ou ceder parte de suas terras para saldar dívidas. Em Machado, este fenômeno parece ter ocorrido e será analisado. Também pode ter se sucedido um aumento de áreas das fazendas destinadas à produção de gêneros alimentícios por parceiros ou colonos, como observado por Verena Stolcke no estado de São Paulo, no mesmo período (1996, p. 99).

Quase um século depois, no ano de 2023, Minas Gerais foi responsável por 75,6% do valor das exportações de café nacionais, seguido pelo Espírito Santo (12,5%), São Paulo (8,46%), Bahia (2,18%), Goiás (0,73%), Paraná (0,30%) e Rondônia (0,24%). A predominância do estado de Minas na especialização produtiva e nas variedades do café arábica consumidas no mercado internacional ocupou o espaço que no século XX foi dos estados de São Paulo e Paraná (Alves, 2024, p. 109-110). Nesse cenário, o Sul de Minas foi responsável por 70% das exportações provenientes do estado. A cidade de Machado alçou a 6ª colocação entre os principais municípios produtores sul-mineiros, somando a cifra de 159 milhões de dólares exportados em café no ano de 2023 (Alves, 2024, p. 110).

Durante mais de um século e meio, o Sul de Minas e, mais especificamente, o município de Machado, produziram café ininterruptamente, enquanto todas as outras regiões cafeeiras do país passaram por ciclos de expansão e extinção dessa cultura. O estudo das relações entre a cafeicultura machadense e sua história agrária, vinculada às dinâmicas econômicas nacionais e globais, é um locus privilegiado para se entender tanto a economia regional quanto a interseção do país na história do capitalismo dos séculos XIX e XX. Nesse artigo, portanto, apresento uma análise da história agrária

do município de Machado, no recorte temporal que vai dos registros paroquiais de terras (RPTs) de 1855-56 até o censo agrícola de 1960.

Concentração e desconcentração fundiária nas conjunturas da economia global

Na época em que a cafeicultura se expandiu pelo sudeste de Minas, durante a segunda metade do século XIX, o mundo passava por uma nova fase de industrialização. Centrada em bens de capital, impulsionou-se a produção de ferro, aço, carvão e maquinários. Alemanha, em parte a França, e, principalmente, os Estados Unidos desenvolveram suas indústrias nesse momento a tal ponto que a economia germânica e estadunidense se tornaram comparáveis à britânica (Hobsbawn, 2003, pp. 101-102). Cresceu nesses países o número de trabalhadores nas indústrias, aumentando seus mercados de consumo interno. Buscando suprir a crescente demanda por matérias-primas e alimentos nos centros da economia mundial, ampliaram-se as atividades produtivas em áreas periféricas da economia capitalista. Uma das faces desse movimento foi a expansão das fronteiras agrícolas em lugares remotos do mundo, que começaram a ser exploradas de forma mais intensa (Hobsbawn, 2014, pp. 59-116).

Com o crescimento das cidades, a expansão da indústria e o fortalecimento do operariado, o consumo de café, assim como de outras commodities tropicais – a exemplo do açúcar e do fumo – aumentou de forma significativa nos países centrais do capitalismo (Mintz, 2003). Grande parte do café consumido pelos europeus, e sobretudo pelos estadunidenses, provinha do Brasil, o maior produtor mundial desse gênero. O grande volume da produção brasileira contribuiu para que o café deixasse de ser um artigo de luxo, raro, para se tornar um produto de massa (Marquese, 2009, p. 342).

Como vimos, a primeira onda cafeeira nacional teve início no Vale do Paraíba, Fluminense e Paulista, depois da década de 1830. No que se refere à província do Rio de Janeiro, o estudo clássico de Stanley Stein (1961) apresentou os contornos gerais da introdução, expansão e declínio

da atividade cafeeira na cidade de Vassouras, a maior produtora de café deste período. João Fragoso (1998) também estudou a produção cafeeira do Vale, centrando-se na cidade de Paraíba do Sul, e as origens de seus produtores na praça mercantil carioca.

Por volta de 1870, devido à exaustão ecológica, a produção de café no Vale do Paraíba estagnou e nas décadas seguintes entrou em declínio. No mesmo período, esse gênero de exportação atingiu altos preços e a demanda internacional pelo produto cresceu continuamente, especialmente nos Estados Unidos (Youssef, 2019, p. 2011). Foi nesse contexto que outras áreas do Império do Brasil despontaram na produção cafeeira, como a Zona da Mata Mineira e o Oeste Paulista (Oliveira, 2005; Bacellar, 1999). No Sudoeste de Minas, contíguo ao Oeste de São Paulo, ocorreu o mesmo, porém em menor escala.

Depois da instauração da República no Brasil a taxa cambial declinou violentamente, a inflação cresceu, mas os preços do café resistiram devido aos reduzidos estoques nacionais desse produto, às pequenas safras e à alta dos preços internos (Delfim Netto, 2009, p. 36). Porém, a partir de 1897, a constante baixa dos preços internacionais e a superprodução não conseguiram ser compensadas pelo aumento do consumo. No plano interno, os preços também caíram com a implementação de uma política econômica para combater a inflação. A cafeicultura global entrou em uma prolongada crise (Kutschbach, 2003, p. 125), vindo a erguer-se somente na segunda década do século XX, após intervenções no mercado por iniciativa de estados produtores no Brasil (Martins Filho, 2009, p. 22).

No âmbito da cafeicultura regional do estado de Minas Gerais, a concentração fundiária parece ter sido afetada pelas conjunturas de crises de preços do café. Ao menos para um dos principais municípios cafeeiros do sul de Minas, as fontes são claras quanto a isso. Analisei os dados sobre concentração de terras para a cidade de Machado, dividindo a propriedade da terra em três faixas, a saber: as menores que 100 hectares, aquelas entre 100 e 1.000, e, por fim, as com mais de mil hectares. Inicie a série com as informações dos Registros Paroquiais de Terras (RPTs) para os anos de 1855 - 1856, seguidos, posteriormente, pelos dados coletados nos

recenseamentos agropecuários das décadas que se estendem de 1920 a 1960 (ver Gráficos 1 e 2).

É importante salientar que os RPTs, apesar de serem o primeiro cadastro rural de terras realizado no Brasil, não fornecem um dado objetivo e um retrato da estrutura fundiária de um município. Ligia Osorio (2008) e Márcia Motta (1998) demonstraram, em suas pesquisas, como as declarações poderiam ser imprecisas em relação aos vizinhos, às formas de apropriação etc. Uma área declarada poderia ser aumentada deliberadamente; outras poderiam ter sido apropriadas de forma ilegal; e outras tantas porções de terra que poderiam ser declaradas não o foram devido a fatores múltiplos. Em muitos casos, a terra declarada era uma forma de fortalecer o poder frente aos outros possuidores locais.

Os RPTs, portanto, podem ser lidos mais como um cadastro de “intenções de propriedade”. Obviamente, isso não invalida a análise seriada e quantitativa dos registros. Cruzando-os com outras fontes, como os inventários *post-mortem* e processos crime, é possível avaliar a pertinência e proporção das terras declaradas, a efetividade das intenções de propriedade, bem como as tensões entre os vizinhos.

Quando da realização dos Registros Paroquiais de Terras (1855-56), o futuro município de Machado pertencia à então freguesia de Alfenas. Para efeito de comparação, considere os dados totais da freguesia como melhor parâmetro de análise. Dentre os 373 declarantes da paróquia de Alfenas, somente 21 manifestaram-se como moradores na então “capela do Machado”, sendo que três não declararam a extensão de suas terras. Com a emancipação do município, em 1880, muitas outras áreas que não foram declaradas como da capela passaram a pertencer ao município de Machado. Se considerarmos apenas os 19 declarantes com extensão de terras registradas na capela em 1856, os níveis de concentração são muito maiores que os de toda a freguesia. Somente 8 indivíduos (44,44% dos declarantes) detinham 93,63% da área registrada. Portanto, julguei ser metodologicamente mais adequado considerar, nesse primeiro momento, todos os registros de Alfenas.

O primeiro grande período observado (1855 – 1920), que abarca tanto o pós-abolição (1888)

quanto a crise da cafeeira na virada do século, demarcou a maior queda no percentual de terras dominadas pelos proprietários com mais de mil hectares. Eles saíram do patamar de 49,55% das terras declaradas em 1855-56, para 25,39% no ano de 1920 (ver Gráfico 1). Ficou claro que o fim da escravidão e a grande retração dos preços de café entre 1897 e 1910 foram decisivos para a fragmentação fundiária local.

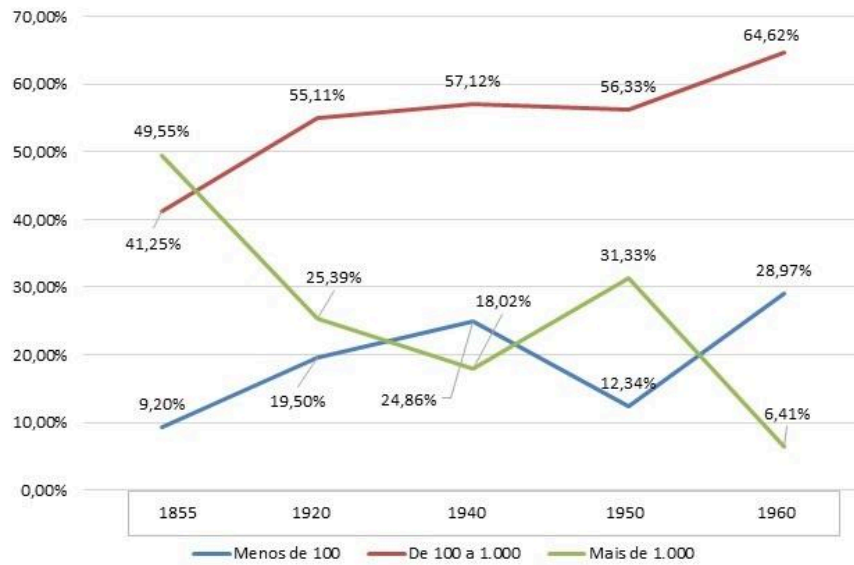
As divisões de terras também ocorriam por outros fatores, sobretudo por partilhas de herança. A longo prazo, elas também corroboram para a fragmentação fundiária. Porém, essa prática não será o foco do presente artigo. Aqui procurarei demonstrar como as conjunturas econômicas no geral, e, mais especificamente as da economia cafeeira, contribuíram para a fragmentação ou concentração fundiária local.

Após a primeira década do século XX, o preço do café começou a aumentar, dando início a uma nova onda de crescimento na cadeia dessa commodity. Novas lavouras foram plantadas em meados da década de 1910.

Como os cafeeiros levavam em média cerca de quatro anos para darem seus primeiros frutos, os resultados das novas plantações realizadas no estado começaram a aparecer nos dados estatísticos apenas na década de 1920. As médias móveis quinquenais apontam que as exportações de Minas giraram em torno de 150.000 toneladas durante as duas primeiras décadas do século. Depois tiveram crescimento moderado, chegando a 200.000 toneladas, findando com a Crise Mundial de 1929 (Martins Filho, 2009, pp. 31 – 33).

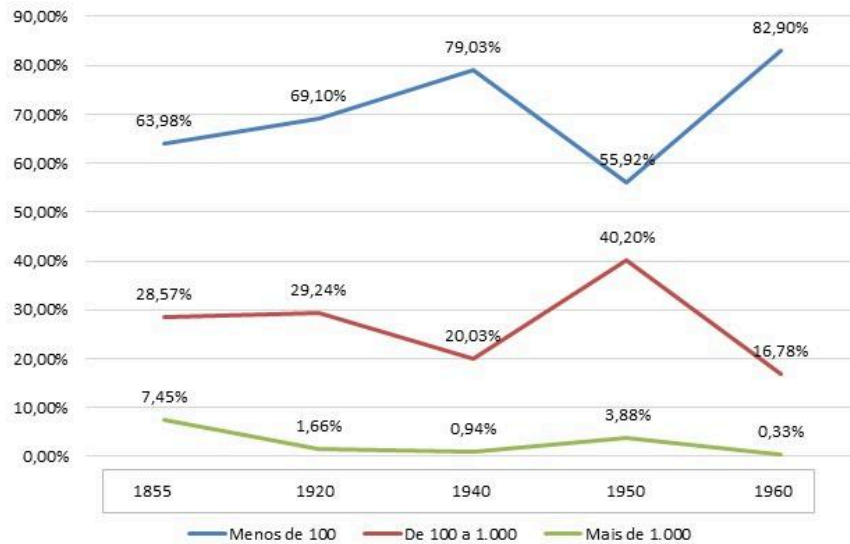
Um ano depois do início das operações da estrada de ferro, Agenor de Souza Dias finalizou a construção da nova sede da Fazenda Grão Mogol (Figura 3), “uma típica fazenda de café no estilo arquitetônico das fazendas paulistas” (Magalhães *et al*, 2019, p.1). No entorno da casa foram construídas diversas benfeitorias modernas, em alvenaria de tijolos, destinadas ao beneficiamento do café, com tulhas e extensos terreiros distantes da sede.

Gráfico 1 - Percentual de Área Registrada por Faixas de Área em Hectares (Alfenas/MG, 1855; Machado/MG, 1920 - 1960)



Fonte: APM, Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de Alfenas, 1855 – 1856. BRASIL, Censo Agrícola de 1920. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários de 1930 a 1960.

Gráfico 2 – Percentual de Estabelecimentos Registrados por Faixas de Área em Hectares (Alfenas/MG, 1855; Machado/MG, 1920 – 1960)



Fonte: APM, Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de Alfenas, 1855 – 1856. BRASIL, Censo Agrícola de 1920. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários de 1930 a 1960.

O conjunto se distinguiu claramente das sedes de fazendas edificadas em meados do Oitocentos, em taipa de mão (pau-a-pique), destinadas à produção agropecuária, e que foram posteriormente adaptadas para o beneficiamento de café. Exemplos dessas

últimas, em Machado, foram as fazendas do Centro (Figura 2), São Luís (Figura 1) e Conceição (Figura 4), com seus terreiros para secagem de café construídos onde antes se encontravam terreiros para lida com o gado, bem como tulhas para

armazenagem do grão no lugar de antigos paióis de milho (Cruz, 2008, p. 37; 57; 199).



Figura 3 – Sede da Fazenda Grão Mogol com benfeitorias ao redor

Fonte: fotografia do autor (2021)

No caso da Fazenda do Centro, a sede provavelmente foi edificada em meados do século XIX pelo doutor Roque de Souza Dias (1815 – 1895), o filho mais novo do capitão-mor Custódio José Dias. Os terreiros foram construídos sobre parte do antigo e extenso curral de gado, cercado de pedras, possivelmente depois da morte do Dr. Roque. Eles não constaram em seu inventário *post-mortem*, realizado em 1895. A fazenda então contava com “um engenho de secar café, com forno, tudo montado”. Naquele ano, a propriedade concentrava 2.099 alqueires de terras (no Sul de Minas comumente se utiliza o alqueire paulista, que equivale a 2,42 hectares, portanto a Fazenda do Centro continha 5.079,58 hectares).

A propriedade dedicava-se majoritariamente à pecuária, todavia contava com “20 mil pés de café de 20 anos de idade, mais ou menos”, e outros tantos sendo plantados (Ribeiro, 2024, p. 92). Dando continuidade à cafeicultura em propriedades da família, na década seguinte, quatro herdeiros do Dr. Roque figuraram entre os dez maiores produtores de café da cidade de Machado (Costa, 1997, p. 37).

Voltando à fazenda Grão Mogol, antes de 1921, quando Agenor de Souza Dias a comprou, aquela propriedade pertencia ao imigrante italiano Giovanni Nannetti (abrasileirado João Nanetti), que produzia café e cana de açúcar no local (Magalhães *et al*, 2019, p. 8). Ele adquiriu suas terras em 1911, quando a crise da virada do século já estava em seus

últimos dias (ATJMG, Comarca de Machado, Divisão das Terras da Fazenda Grão Mogol, 1912, fl. 29). Cerca de uma década depois, vendeu as terras, mais valorizadas, no novo (e curto) momento de crescimento da década de 20.



Figura 4 – Sede da Fazenda Conceição com terreiro de café afrente

Fonte: (Cruz, 2008).

Logo viria um dos mais longos períodos de recessão para a cadeia dessa *commodity*: iniciado com a crise de 1929, prolongou-se até o fim da Segunda Guerra Mundial (Stolcke, 1986, p. 153). Os dados do censo agropecuário de 1940 demonstram que, em Machado, nesse período, o percentual de terras nas mãos daqueles com mais de mil hectares diminuiu ainda mais, chegando a 18,2%, uma queda de 7,37% em relação ao ano de 1920 (ver Gráfico 1).

Todavia, com a grande expansão da economia cafeeira do pós-Segunda Guerra (Roseberry, 2001, p. 37), os terrenos em Machado foram novamente concentrados nas mãos dos maiores fazendeiros, que chegaram a agrupar 31,33% das terras registradas em 1950. Esse quadro viria a se alterar novamente com a crise dos preços de café em fins dos anos 1950 (Derenze, 2025).

No censo agropecuário de 1960, as propriedades machadenses com mais de mil hectares registraram o menor percentual de terras declaradas para o recorte (6,41%). Uma impressionante queda de 24,92% em relação ao último censo, maior que o declínio de 24,16% observado entre os registros paroquiais de terras de 1855-56 e o censo de 1920, período que abarcou tanto a Abolição quanto a grande crise cafeeira da virada do século.

Esses dados sugerem que, nos momentos de crise da economia cafeeira local, a terra tendeu a se

fragmentar e, ao contrário, nos momentos de expansão, ela voltou a se concentrar.

Em suas memórias, ao discorrer sobre as consequências do *crash* da Bolsa de 1929, a fazendeira de café Mathilde de Carvalho Dias (1888 – 1991) lembrou que

“de um dia para outro, o preço deste caiu vertiginosamente e os compromissos dos compradores não puderam ser mantidos (...) Muitos fazendeiros, acostumados ao luxo e a viver na cidade gastando os lucros de futuras safras, foram à falência e perderam seus bens. Nós apertamos o cinto no que podíamos para cumprir nossos pagamentos com os colonos (...)” (Dias, 1973, p. 72).

Mathilde, que era casada com um descendente da família Souza Dias, nos conta também que, passadas as crises, eles empregavam os lucros da fazenda na compra de mais terras (Dias, 1973, p.p. 63; 68).

Sobre o mesmo tema, Juliana Domingos registrou o relato de seu avô, Juvenal Domingos (1920 - 1990), contado para sua tia Maria das Graças Eloy. De acordo com suas memórias, depois de uma das crises do café do começo do século XX, Bernardino de Almeida Soares Penso, proprietário da Fazenda Barreiro, em Botelhos (MG), não conseguiu arcar com as dívidas contraídas com a exportadora de café. Para sanar os débitos, seu filho, Alfredo Luiz de Almeida, recorreu a Walther Moreira Salles, então proprietário de um armazém de secos e molhados na cidade de Poços de Caldas (MG). Pouco depois, Moreira Salles fundou um banco e cobrou o empréstimo. Nos termos de Maria das Graças, ele:

“não tinha um conto de réis para pagar para o banqueiro. O Alfredo só não faliu porque vendeu uma das fazendas dele. E, como diz o meu irmão Hélio, naqueles tempos quem tinha dinheiro comprava não só a terra, mas a vida do outro.” (Domingos, 2023, p.p. 67 – 68).

João Moreira Salles e seu filho, Walther, fundaram na cidade de Poços de Caldas (MG) o Banco Moreira Salles, em 1940, resultado da fusão entre a Casa Bancária Moreira Salles, a Casa Bancária de Botelhos e o já citado Banco Machadense. A

instituição se tornou o Itaú Unibanco, atualmente o maior banco privado do Brasil.

Em 1950, João Moreira Salles, através da Companhia Exportadora e Importadora União, adquiriu 370 mil hectares de terras na frente pioneira do café no estado do Paraná, onde fundou fazendas e plantou mais de 7 milhões de pés de café. Ele se tornou “dono da maior plantação de café em área contínua do mundo e maior exportador brasileiro em Santos” (PAULA, 2008). Um ano depois, Walther Moreira Salles e seu associado Homero de Souza e Silva compraram a empresa inglesa *Brazilian Warrant Company*,

“controladora da *E. Johnston & Cia. Ltda.*, fundada em 1842, que, por sua vez, era proprietária da Companhia Paulista de Armazéns Gerais, primeira do gênero em Santos, criada em 1908, e da fazenda Cambuí, em Matão, com 57 mil hectares e, na época, 2,5 milhões de pés de café e 15 mil cabeças de gado” (Paula, 2008).

Especificamente em Machado, o caso da Fazenda Conceição demonstra como as terras se fragmentavam em momentos de crise e depois voltavam a se concentrar em momentos de expansão da economia cafeeira. Em 1856, nos registros paroquiais de terras, a fazenda foi declarada com extensão de 140 alqueires (338,8 hectares), sendo seu proprietário Cândido de Souza Dias (1811 - 1888). Ele possuía mais três propriedades na região, cuja soma perfazia 2.178 hectares (RPTs de Alfenas - MG, nºs 251, 254 e 255 - Arquivo Público Mineiro, doravante APM).

A fazenda foi herdada por seu filho, o coronel Antônio Cândido de Souza Dias (1843 - 1907), que plantou café na propriedade no final do século e a hipotecou. Cerca de uma década depois de iniciada a grande crise do café, quando da realização do inventário de seus bens por falecimento, em 1908, suas fazendas da Conceição e da Serra haviam sido sequestradas pelo Banco Hipotecário do Brasil (ATJMG, comarca de Machado - inventário *post-mortem* de Antônio Cândido de Souza Dias, 1908, fl. 3).

Os filhos do coronel Antônio Cândido, de alguma forma, conseguiram reverter a situação. Um deles, o coronel Mizaél Cândido de Souza Dias (1871 - 1937), assumiu a Fazenda Conceição.

Quando faleceu, em 1937, ele era proprietário de 520 hectares na fazenda, dentre pastos, terras cultivadas e matas, além de 60 mil cafeeiros, três mil arrobas de frutos pendentes, e uma “máquina S. Paulo para beneficiar café” (ATJMG, comarca de Machado, *inventário post-mortem* de Mizael Cândido de Souza Dias, 1937, fls. 12 - 12 v.).

A memória local registra que, no começo do século, parte das terras da fazenda foi doada para imigrantes italianos que, até o presente, vivem nas proximidades, no bairro rural denominado Conceição. Muito provavelmente, alguns desses italianos foram colonos na fazenda hipotecada e receberam algumas terras como pagamentos depois da longa crise do café da virada do século. Outros podem ter comprado pequenos pedaços de terra com as economias que fizeram durante a primeira década depois de sua chegada.

Este último parece ter sido o caso de Valentino Corsini (abrasileirado Valente Corsini). Ele foi matriculado na hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora, em 1895, com 37 anos, casado, natural de Oppeano, Verona, contratado por Pio de Souza Dias para trabalhar em seus cafezais. Com Valente vieram sua mulher, Virgínia, de 33 anos, e seis filhos, com idades entre onze e um ano (APM – Registro de Entrada na Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora – Códice SA-884, p. 49-50).

Em 1913, Valente Corsini já havia adquirido terras e foi listado no “Almanaque O Sul de Minas” entre os principais fazendeiros de Machado, sendo proprietário da fazenda da Serra (Rebello, 2006, p. 1897). Em 1921, integrou o grupo que fundou o Banco Machadense, comprando 40 ações do mesmo (Rebello, 2006, p. 1952). Quando faleceu, em 1931, possuía “um sítio no lugar denominado ‘Conceição do Buraco’” e 24 alqueires, totalizando 58,08 hectares de terras de cultura e pastos, confrontando com José Milani, José Caliarí, Mizael Cândido de Souza Dias, da Fazenda Conceição, dentre outros, sendo 10 alqueires [24,2 hectares] de cultura e 14 de pastos [33,88 hectares]. Dentre os bens imóveis, possuía também “uma casa que serve de tulha e máquina de café, em mau estado”, “um vapor sistema antigo” e “uma máquina de beneficiar café e descaroador, tudo velho” (ATJMG – Comarca de Machado, inventário de Valente Corsini, 1931, fl. 25 v).

O imigrante italiano empregava uma pequena mão de obra em seu sítio, como denota a propriedade de “uma casa para colonos”, em 800 mil réis, e “três casinhas para empregados”, a 200 mil réis cada. Possivelmente utilizava o sistema misto de colonato e trabalhadores eventuais durante a colheita. Sua lavoura era formada por “25 mil pés de café, velhos e estragados, em *oito talhões, intercalados com outros pertencentes aos Milans*”. Possuía terrenos e imóveis urbanos em Machado e Alfenas, bem como “um armazém”, na primeira cidade, provavelmente para estocar café. Por fim, os avaliadores destacaram um detalhe que certamente foi importante para seu proprietário, Valente Corsini possuía “um automóvel marca ‘Oldsmobile’ inutilizado [com] pneumáticos estragado na Revolução”, certamente se trata da chamada “Revolução de 1930”, que por um golpe de estado empossou Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Resta saber em qual lado da revolução o valente italiano lutou.

O que certamente se pode inferir de sua trajetória é que o imigrante Corsini ascendeu socialmente, saindo de colono a proprietário de terras em pouco mais de dez anos de sua chegada ao Brasil. Para isso, além de talentos próprios, ele contou com a crise da cafeicultura da virada do século que facilitou a compra de terras a antigos latifundiários que estavam naufragados em dívidas. O italiano também parece ter empregado tecnologia de ponta no começo do século (seus aparelhos estavam velhos e em mau estado em 1931). A utilização de máquina de beneficiar café e descaroador, movida a vapor, otimizou certamente a reduzida mão de obra que estava à sua disposição, quando comparada aos grandes fazendeiros locais. A economia espacial dos cafezais, intercalados com talhões de outros imigrantes, da família Milani, também poderia facilitar a contratação coletiva de trabalhadores para o trato dos pés de café. Todavia, casos de considerável ascensão social, como os de Valente Corsini e do anteriormente citado João Nanetti, não parecem ter sido tão comuns entre os imigrantes locais e precisam ser investigados mais detidamente.

A crise de 1929 também aumentou os conflitos pela terra no município de Machado. Um caso emblemático para esse período foi estudado por

Maria Lúcia Costa Prado, envolvendo as terras que a Baronesa de Varginha doou a ex-escravos de sua propriedade. A doação foi registrada em seu testamento, redigido em 18 de julho de 1888, portanto mais de dois meses após a Abolição.

Dona Marianna Bárbara da Conceição e seu marido, Joaquim Elói Mendes (o Barão de Varginha), não tiveram filhos. Segundo a memória do senhor Antônio Miguel Francisco, descendente dos ex-cativos, quando a Baronesa ficou doente, ela chamou seu marido e declarou:

as terras que eu tenho vou deixar pros meus escravos. Porque eu não tenho nenhuma família. A família que eu tenho é meus escravos. Eles que fizeram prá mim. Eu vou deixar tudo prá eles (Costa, 1990, p.16).

O paternalismo era uma das estratégias de dominação utilizada durante o período escravista e se manteve no pós-Abolição. Apesar das possíveis ligações de afeto entre dona Marianna e seus ex-escravos, a exemplo de outros casos, a promessa de doação das terras em testamento serviu para a manutenção dos libertos como mão de obra em sua propriedade, ao menos até sua morte. Em geral, antigos cativos se recusavam a permanecer nas fazendas onde tinham sido escravizados e partiam para cidades ou fazendas vizinhas nas quais trabalhavam como parceiros, na forma da meação (Lanna, 1985, p. 113).

A Baronesa de Varginha faleceu em 1895, sete anos após a escrita da Abolição e da escrita de seu testamento. Pelo inventário post-mortem da mesma, sabe-se que 50 antigos escravos, listados como 33 legatários, entre solteiros e casados, receberam ao menos 555 alqueires de suas terras (1.343,1 hectares) (Costa, 2000, p. 19). Os terrenos localizavam-se nas antigas fazendas São Diogo, em Guaipava (distrito de Paraguaçu – MG); Congonhal e Lagoa dos Patos, no distrito de Douradinho, em Machado. Se divididas entre os trinta e três legatários, cada um receberia em média 40,7 hectares.

Os libertos mantiveram as terras em comum durante três décadas após o falecimento da Baronesa. Em 1926, eles registraram a divisão das terras da Fazenda São Diogo em cartório, constando vinte e sete usufrutuários do imóvel com extensão de 557. Os advogados e as custas do registro foram pagos

pela venda de 51 alqueires do terreno (Costa, 2000, pp. 24-25). Sobraram 506 alqueires para serem divididos entre os libertos. Portanto, a cada um coube cerca de 18,74 alqueires ou 45,35 hectares.

Passaram-se poucos anos após a Crise de 1929 e, em meio às tensões pela venda das terras, como nos fala o senhor Antônio Miguel: “teve a confusão ... Eles (os advogados) ganharam e venderam as terras. Os compradores receberam as terras, mas os criolos não concordaram” (Costa, 2000, p. 25). Ainda segundo as memórias, houve um conflito armado entre os descendentes dos libertos e os compradores das terras. Dois dentre os descendentes foram mortos pela polícia. A revolta deles contra os que compraram as terras teria sido provocada por um grande fazendeiro local, que teria alugado a propriedade por quatro anos, sendo prejudicado pela venda de parte da mesma (Costa, 2000, p. 26).

Pouco restou dos mais de mil hectares de terras que eram dos libertos e seus descendentes, a maior parte foi grilada ou vendida por preços irrisórios. Porém, ao menos um deles conseguiu manter sua pequena propriedade e a expandiu. Trata-se de Antônio Miguel Francisco (1894 – 1998), filho de Miguel Francisco, ex-escravo de Joaquim Elói Mendes (o Barão de Varginha). Aos 20 alqueires e uma quadra que ele registrou na Fazenda São Diogo conforme escritura de 1926, Antônio Miguel acrescentou terras, que foi adquirindo de outros herdeiros, perfazendo 60 alqueires (145,2 hectares) (Costa, 2000, p. 28). Ou seja, dentro da classificação aqui adotada, em caso excepcional, um filho de libertos conseguiu ascender socialmente, saindo da categoria de pequeno proprietário para médio proprietário (aqueles com mais de 100 hectares).

Posteriormente o senhor Antônio Miguel doou as terras a seus filhos e se fixou em Douradinho, distrito de Machado (Costa, 2000, p. 28). Nesse distrito os descendentes de Antônio Miguel ainda são pequenos proprietários de terra, com produção de café e pecuária leiteira.

Voltando às faixas de posse de terras, aquelas consideradas intermediárias, de propriedades entre 100 e 1.000 hectares, mantiveram certa estabilidade no decorrer do tempo analisado. Essa faixa parece ter sido a mais beneficiada com a alta dos preços no pós-Segunda Guerra, avançando seus domínios

sobre as propriedades com menos de 100 hectares. Essas últimas correspondiam a 79,03% dos estabelecimentos rurais em 1940, caindo para 55,92% na década seguinte (ver Gráfico 2).

Ao mesmo tempo, a faixa intermediária dobrou sua participação no domínio da terra, saindo de 20,03% para atingir 40,2% em 1950 (ver Gráfico 1). No recenseamento seguinte, esse grupo vai ter uma queda abrupta, retraindo seu percentual de participação para 16,78%. Nesse mesmo censo, do ano de 1960, os proprietários com menos de 100 hectares correspondiam a 82,9% dos estabelecimentos, o maior percentual do período estudado (ver Gráfico 2).

Os dados denotam que a dinâmica das crises econômicas, e especialmente das crises da cafeicultura, alterou diretamente a estrutura fundiária local. Os maiores latifúndios, com mais de mil hectares, diminuíram muito ao longo desse mais de um século analisado, saindo de aproximadamente 7,45% dos estabelecimentos em 1855-56, para representar apenas 0,33% no ano de 1960.

A primazia sobre a terra passou a pertencer aos fazendeiros que possuíam áreas entre 100 e 1.000 hectares. Eles correspondiam em média a um quinto dos proprietários e detiveram por volta de metade das terras registradas durante todo o período. Por último, cabe atentar que, apesar do grande crescimento de propriedades com menos de 100 hectares, elas detiveram em média apenas 15% de toda a área declarada.

Seria muito elucidativo estender essas análises para outros municípios e regiões cafeicultoras para averiguar possíveis correspondências e divergências. Porém, essa tarefa ultrapassa o âmbito do presente trabalho.

Considerações finais

No período analisado (1855 - 1960), o histórico agrário de Machado revelou uma dinâmica complexa de concentração e desconcentração fundiária, intrinsecamente ligada às ondas econômicas da pecuária e, posteriormente, da cafeicultura.

Em meados do século XIX, a estrutura de terras em Machado apresentava uma acentuada

concentração. Segundo os Registros Paroquiais de Terras de 1855-1856, embora apenas 21 declarantes tenham se manifestado como moradores da "capela de Machado", os dados denotam que uma elite restrita detinha a vasta maioria das terras: apenas 8 indivíduos (cerca de 44% dos declarantes) controlavam 93,63% da área total registrada.

Essa concentração foi sustentada inicialmente pela pecuária mercantil, que serviu de base para o acúmulo de capital necessário para a introdução da cafeicultura. Com a expansão da lavoura de exportação, a partir de 1860, essa estrutura se consolidou sob o domínio de famílias da elite local, que possuíam os recursos financeiros e a mão de obra escravizada necessários para implementar culturas extensivas. Em 1920, Machado atingiu alta especialização produtiva, com quase 70% de seu território ocupado por fazendas com alguma lavoura de café.

A tendência de concentração fundiária começou a ser revertida após as crises que abalaram a economia cafeeira global, aliadas às conjunturas da economia nacional. Na virada do século, ocorreu a primeira grande recessão. Todavia, a Crise de 1929, estendida para a cafeicultura até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um marco decisivo: a queda drástica nos preços internacionais e o endividamento forçaram muitos grandes fazendeiros a vender ou ceder partes de suas propriedades para saldar compromissos financeiros. Com a retomada do crescimento econômico no pós-guerra, houve um retorno à tendência de concentração. No entanto, outra crise dos preços no final da década de 1950 mudou esse quadro novamente.

A análise comparativa dos censos agropecuários entre 1920 e 1960 evidencia uma mudança na configuração do campo: nos momentos de crise, observou-se o aumento de pequenos estabelecimentos e a fragmentação das grandes propriedades, resultando no crescimento do número de estabelecimentos menores, muitos deles destinados à subsistência com algum excedente voltado ao mercado. Também cresceram estabelecimentos de médio porte, que conjugavam agricultura e pecuária destinada ao abastecimento interno com a cafeicultura voltada à exportação.

Nos momentos de retomada do crescimento da economia cafeeira, as terras voltaram

a ser concentradas nos grandes latifúndios, porém não nos patamares anteriores.

Após a década de 1960, diversas mudanças ocorreram no campo e na economia cafeeira. A praga da ferrugem chegou ao Brasil no ano de 1970 e, conjuntamente com as geadas de 1975, devastou os cafezais de São Paulo e do Paraná. O Sul do estado de Minas, que naquele momento configurava uma zona decadente, teve seus cafezais renovados. Diversos preceitos tecnológicos, associados a um “*ethos global da revolução verde*”, tiveram uma boa aceitação entre os cafeicultores mineiros (Coulis, 2019, p.p. 80 - 82).

Junto a eles, o fim dos regimes de trabalho do colonato e da meação mudaram os padrões produtivos rurais. Especificamente para a cafeicultura, pode-se aventar a transição para uma “quinta economia global do café”, consolidada no início dos anos 1990 com o fim do Acordo Internacional do Café, a dissolução da União Soviética, a finalização de processos de descolonização e a ascensão do neoliberalismo como modelo de gestão da economia política global e nacional (Marquese *apud* Derenze, 2025, p. 19).

A modernização conservadora do campo, a partir da década de 1970, muito provavelmente alterou os padrões fundiários locais e a dinâmica de concentração e desconcentração das terras no município de Machado e no resto do Brasil. Novas tecnologias e relações sociais de produção podem ter blindado, em algum grau, a dispersão das terras em momentos de crise. Porém, as investigações sobre essas hipóteses fogem ao escopo do presente artigo, podendo ser aprofundadas em outro momento.

Por fim, seria de grande valor a comparação entre diversas regiões do Brasil, a partir dos dados presentes nos censos agropecuários, para uma visão geral do processo de concentração e desconcentração de terras, conforme as conjunturas econômicas globais e nacionais. Essa checagem poderia elucidar questões importantes sobre os padrões de formação do espaço rural e ser utilizada como fonte nos debates sobre as grandes desigualdades sociais do Brasil e a inserção periférica, ou semiperiférica, do país no sistema-mundo capitalista.

Referências

ALVARENGA, Felipe de Melo. **De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. Dinâmicas geográficas da cafeicultura no Sul de Minas Gerais e as interações globais. In: SOUZA, Ricardo Luiz de; CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu [Orgs.] **Sul de Minas e café: convivência, prosa e cultura**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2024.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. 2ª Ed. Belo Horizonte, Fino Traço: 2014.

BACELLAR, Carlos de Almeida P. Apogeu cafeeiro na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Brado; BRIOSCHI, Lucíla Reis (org.). **Na Estrada do Anhangüera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: CERU-Humanitas, 1999.

CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os caminhos de ferro no sul de Minas (1875/1902)**. 154 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei (MG), São João del-Rei, 2012.

CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, v. 15, n. 2, p. 291–306, 1985.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **A História do Café de Machado: 1870 - 1994**. Belo Horizonte: Fundação 18 de Março - FUNDAMAR, 1994.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Cafeicultura Machadense (1899 - 1912)**. Paraguaçu (MG): Fundação 18 de Março, 1997. (Mimeo.)

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fazenda São Diogo (Guaipava - MG) 1888**: Um Estudo de Caso Sobre a Alforria de Escravos no Sul de Minas. Belo Horizonte: FUNDAMAR, 1990. (Mimeo.)

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas**: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850 - 1900). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **As tropas da moderação do Sul de Minas no tempo saquarema**: 1842-1860. Paraguaçu (MG): Fundação 18 de Março, 2007. (Mimeo.)

COULIS, Jonathan Earl. **Marching Rows of Coffee**: The Pursuit of Modern Agriculture in Brazil, 1950-1990. (Doctor of Philosophy in History), Emory University, Atlanta (GA), 2019.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais**: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX. 2008. 358 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos (SP), 2008.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

DELFINO NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**: São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DERENZE, Leonardo Façanha. **A Organização Internacional do Café**: cooperação e competição

pela governança de uma commodity global (1954 a 1958). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

FRACCARO, Laura Candian. **Estratégias de pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas em Campinas**: 1779-1836. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2ª ed, 1998.

GASPAR, Tarcísio de Souza. **Quilombos do Campo Grande a Oeste do Rio Sapucaí e ao Sul do Rio Grande**: historiografia, fontes, cartografia e presença quilombola (1756-1791). Tese (Tese de Professor Titular). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - *campus* Muzambinho, Minas Gerais, 2025.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HOBSBAWM, Eric. J. **A Era do Capital**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

KUTSCHBACH, Mario Samper. **The Historical Construction of Quality and Competitiveness: A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains.** In: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Eds). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira 1870 – 1920.** 168 p. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836).** 228 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824).** 1ª ed. Guarapuava (PR): Horizonte / Unicentro / Eduf, 2012.

MAGALHÃES, Cristiane Maria; COSTA, Lorrana Negretti Ferreira; COSTA FILHO, Byron Dias;

SANTOS, Suzane de Souza. Ficha 04 – Fazenda Grão Mogol. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural e Artístico** – IPCA. Machado (MG): Prefeitura Municipal de Machado, 2019. (Mimeo.)

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão.** 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 21-56, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée.** Berlin: EB Verlag, 2023.

MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMNI, Thiago Fontelas Rosado. (Org.). **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX.** 1ª ed. São Paulo: Alameda, p. 141–172, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Revista Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), v. 43, p. 397–429, 2013. DOI: 10.1590/S0101-41612013000200007

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, 1980. (Texto para discussão, n. 10). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>. Acesso em: 22 de Dezembro de 2025.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo.** Contagem: Santa Clara Editora, 2008.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **O Segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer**

política (1889 - 1930). Belo Horizonte: Crisálida / ICAM, 2009.

MCCOOK, Stuart. **Coffee is Not Forever**. A Global History of the Coffee Leaf Rust. Athens, OH: Ohio University Press, 2019.

MINTZ, Sidney W. Produção Tropical e Consumo de Massa: um Comentário Histórico *in*: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletariados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MONTEIRO, John. Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito a terra no Brasil do século XIX. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco**: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818). 331 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Família**: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru, São Paulo: EDUSC; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *In*: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2002. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download>

[ad/diamantina-2002/D17.pdf](https://diamantina-2002/D17.pdf) . Acesso em: 22 de dezembro de 2025.

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Os primeiros pés de café e a introdução da cafeicultura no Sudoeste de Minas (Alfenas e Machado, 1860-1888). *In*: SOUZA, Ricardo Luiz de; CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu [Orgs.] **Sul de Minas e café**: convivência, prosa e cultura. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2024.

ROSEBERRY, William. Introduccion. *In*: SAMPER, Mario; OSEBERRY, William; GUDMUDSON, Lowel. **Cafe, sociedad y relaciones de poder en America Latina**. 1ª Ed. Heredia, C.R.: EUNA, 2001.

PAULA, Sérgio Goes de. Por dentro do acervo: João Moreira Salles, o patriarca. 2018. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervo/joao-moreira-salles-o-patriarca/>. Acesso em, 22 de dezembro de 2025.

REBELLO, Ricardo Moreira. **O município de Machado até a virada do milênio**. Machado: s. d., 2006. (2 Vols).

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da província**: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884). 2006. 334 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 2006.

RODRIGUES, João Lucas. **O café no Sudoeste Mineiro**: terra, trabalho e acumulação (1880-1930).

2023. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880 – 1920). **sÆculum – Revista de História**, nº 29, p. 125-143, jul./dez. 2013.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008.

STEIN, Stanley J. **Vassouras**: um Município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital**. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do café na Zona da Mata mineira (1870-1940)**. 232 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2016.

YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. 312 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.